



2013, o ano em que a geração y debutou nas ruas como consumidora

2013, *The year Generation Y made its debut in the streets as consumers*

Ovidio Mota Peixoto*

RESUMO

Este artigo trata das manifestações ocorridas no Brasil em 2013, quando milhões de pessoas ocuparam as ruas e as redes sociais para mostrarem sua indignação e protestarem contra uma série de problemas, embora sem objetivar com profundidade nenhum deles. A proposta desta reflexão é questionar os rumos que o movimento tomou e suas reais condições de oferecer alternativa para o modelo de sociedade que se busca, além de chamar a atenção para o fato de que as novas tecnologias da comunicação, tendo a internet como lugar simbólico, não são capazes de fornecer garantia alguma de que se estão promovendo as transformações que historicamente se apresentam como necessárias. Em vez de luta e avanço cidadão o que pode estar acontecendo ou já ter acontecido é o *debut* de uma geração que reclama direitos de consumidor, mais do que cidadania.

Palavras-chave: Manifestações; Novas tecnologias; Cidadania.

ABSTRACT

This paper deals with the events that occurred in Brazil in 2013, when millions of people took to the streets and social networks to show their indignation and to protest against a series of problems, although without objectifying in depth any one of them. The purpose of this reflection is to question the direction that the movement took and its actual capacity to offer an alternative to the model of society it seeks, in addition to calling attention to the fact that the new communication technologies, with the internet as their symbolic place, are unable to provide any guarantee that they are promoting the transformations that are historically presented as necessary. Instead of combat and citizen progress, what may be happening or have happened is the *debut* of a generation that demands consumer rights rather than citizenship.

Keywords: Protest; New technologies; Citizenship.

INTRODUÇÃO

As manifestações ocorridas no Brasil em 2013 trouxeram ao cenário político novos rostos, novas linguagens, novas conexões e um outro tanto de novas indagações. Passado o entusiasmo inicial, emergem algumas questões que desafiam o otimismo daqueles que pregaram ou acreditaram que uma revolução estaria em curso. A primeira e mais evidente é: por que as manifestações não prosseguiram, ou melhor,

* Doutor em Comunicação e Cultura (2006) pela UFRJ. Coordenador e professor do Curso de Jornalismo do Centro Universitário Augusto Motta. Editor-Chefe do jornal Fonte. Endereço: Rua Conselheiro Zacarias, 80, Bloco 8, apto. 104 – Gamboa, 20220-470 – Rio de Janeiro - RJ. Telefone: (21) 97104-8344. E-mail: ovidiomota@gmail.com

não mantiveram ao longo dos meses seguintes o mesmo vigor demonstrado na hora de levar milhões de pessoas às ruas e de envolver as redes sociais na profusão de posts, likes, compartilhamentos e mensagens de apoio aos protestos? Outra questão que também permanece no caso do Brasil é até que ponto foram atendidas as miríades de reivindicações que, como os próprios manifestantes deixaram claro, não eram apenas contra os 20 centavos de aumento nas passagens de ônibus? Mas quais eram as outras pautas?

Este artigo tenta investigar até que ponto as manifestações que encheram as ruas das principais cidades do país e as páginas dos principais provedores da internet pretendiam mudar a realidade ou eram apenas uma espécie de catarse consumidora, uma iniciação política de uma geração formada e conformada na prática do consumo ou do sonho de consumo, acostumada com as estratégias de marketing e publicidade ao mesmo tempo e descendente de uma geração que se calou e deixou de protestar de maneira massiva pelo menos desde o movimento pelas Diretas Já, em 1984. Trata-se predominantemente de jovens da geração Y – formada por indivíduos que cresceram num mundo digital e estão familiarizados com dispositivos móveis e comunicação em tempo real, sendo a primeira geração verdadeiramente globalizada.

Os protestos de rua aconteceram num mundo marcado, segundo Eric Hobsbawm (2010), por várias diferenças em relação ao final do século XX:

- a) O deslocamento do centro econômico do mundo do Atlântico Norte para o sul e o leste da Ásia;
- b) A crise mundial do capitalismo;
- c) A derrota retumbante da tentativa dos Estados Unidos de exercer a hegemonia global sozinho a partir de 2001;
- d) A emergência de um novo bloco de países em desenvolvimento, como entidade política: os Brics - Brasil, Rússia, Índia e China.
- e) E a erosão e o enfraquecimento sistemático da autoridade dos Estados.

Ao analisar a chamada "recomposição política daquilo que foi no passado a classe trabalhadora", Hobsbawm (2010) aponta entre outras mudanças importantes que: "Boa parte da mão de obra e do trabalho nos setores qualificados no passado como 'graus menores e manipulativos' não é mais permanente, mas temporária". Segundo o historiador, "não é fácil enxergar tal mão de obra com potencial para ser organizada."

Outro dado interessante a respeito da nova geração pode ser observado no perfil dos melhores jovens escritores brasileiros apontados pela revista inglesa Granta, em 2012. Ao examinar a lista, Luis Augusto Fischer¹ destaca que "90% dos personagens relevantes se encontram nas classes confortáveis (enquanto nas antologias anteriores havia bem mais gente pobre)". Segundo Fischer: "A Granta parece ter fotografado um momento antipovo e autorreferente, na geração mais nova, que surfa num mercado mais maduro". Para Fischer, a coletânea da revista Granta permite observar duas linhas distintas a respeito dos novos escritores: 1) a nova geração se afina com o papel de "global player" pretendido pela economia brasileira que se volta para fora. 2) a nação continua convivendo com a corrupção e com as

¹ FISCHER, Luís Augusto. Caderno Ilustríssima, Folha de S. Paulo, 2 de set de 2012.

"enormes desigualdades sociais já quase invisíveis de tão antigas" mas a nova geração parece passar ao largo disso.

Segundo Moraes (2009, p. 240-241), a internet começou a funcionar como ferramenta para o ativismo social a partir de junho de 1999, quando a organização Attac² promoveu na França um debate sobre a atuação dos movimentos sociais. O documento final destacou a necessidade de tornar mais conhecidas as lutas de resistência à ditadura dos mercados, por redes que colocassem em contato organizações de vários países. As mobilizações convocadas pela internet acentuaram-se a partir de 2000 durante a reunião do Fundo Monetário Internacional na República Tcheca.

Em 2009, sob os efeitos da crise financeira internacional originada nos Estados Unidos, o movimento ganha força na Tunísia e na Islândia onde, segundo Castells (2013, p. 23), “as insurgências políticas que transformaram as instituições dos dois países tornaram-se referência para os movimentos sociais que sacudiram a ordem política no mundo árabe e desafiaram as instituições políticas na Europa e nos Estados Unidos”. Para o sociólogo espanhol, o fio comum que uniu as pessoas em contextos nacionais diversos foi a sensação de empoderamento. A revolta, segundo ele, nasceu do desprezo aos governos, foi estimulada pela indignação diante da cumplicidade entre as elites financeira e política e tornou-se possível com a superação do medo, graças à proximidade construída nas redes do ciberespaço e nas comunidades do espaço urbano.

Também no Brasil, o alvo mais agregador dos protestos, o cimento e amálgama síntese, foi o desprezo e a reprovação contra os políticos eleitos pelo voto direto que não atendem às expectativas de seus eleitores. Igualmente chamou atenção a repulsa e os ataques ao jornalismo convencional, motivados por um conjunto de fatores que incluem desde a opção por outras redes de televisão em vez da hegemônica Rede Globo, até uma recusa geral e irrestrita a tudo o que houvesse antes da internet. Vale lembrar que a mídia hegemônica, acusada de manipulação, parcialidade e mentira é a mesma mídia que sistematicamente apresenta políticos como corruptos, debocha deles em programas de humor e vive denunciando seus privilégios e abusos. A mesma mídia que trouxe à tona as denúncias sobre o chamado mensalão e que celebrou efusivamente a prisão dos réus. Ou seja, neste quesito, mídia e manifestantes pareciam estar de pleno acordo. Tanto é assim que uma das chamadas da Rede Globo de Televisão, em sua retrospectiva de 2013 dizia: “Fomos às ruas para transformar o Brasil”. A voz na primeira pessoa do tradicional apresentador Sérgio Chapellin deixa claro que a mídia tão criticada nos protestos tanto online quanto nas ruas considera-se sujeito das reivindicações. No mínimo, trata-se de uma curiosa apropriação do momento histórico que o país viveu.

EXPRESSÃO POLÍTICA FRACA

Outro fator que parece ter sido determinante para o sucesso das convocações, para a resposta afirmativa ao “Vem pra Rua”, terá sido a possibilidade de sair de casa, de pelo menos por algum tempo se afastar da tela do computador, usar os smartphones

² Association pour la Taxation des Transactions pour l'Aide aux Citoyens - Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos - mais conhecida pela sigla ATTAC, é uma organização criada a partir de uma proposta de Ignacio Ramonet, em 1998, na França. Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/ATTAC> Acesso em 12.03.2014.

para documentar algo fora do comum e vivenciar a experiência de afirmar uma identidade na rua, coletivamente, pondo-se em contato físico com outras pessoas, com as centenas de amigos virtuais com os quais se costuma trocar curtas frases e fotos do cotidiano pessoal, porém à distância. No mundo virtualizado em que tudo é pessoal, tudo é individual, como os cartazes e placas que foram parar nas manifestações, parece no mínimo convidativa a possibilidade de experimentar o cheiro, o calor e a voz de outros seres humanos.

Os protestos, com a linguagem de posts do Facebook e do Twitter, ganharam as ruas em cartazes e dizeres curtos, bem ilustrados e domesticados o tempo inteiro pela palavra de ordem: violência não/sem violência. Mas a violência se verificou de diversos modos. O aparelho policial mostrou sua truculência e despreparo com balas de borracha, *sprays* de pimenta, bombas de efeito moral, bombas de gás lacrimogêneo. E nas reações da estratégia *black bloc*, com máscaras, vidraças quebradas, enfrentamentos com o próprio corpo etc.

Otávio Frias Filho³ observa que, apesar das mortes registradas na história republicana do Brasil, a sociedade brasileira é mais violenta que a maioria das outras, mas esta violência encontra escassa expressão política. Para Frias, entre os possíveis motivos poderia figurar a “profunda desarticulação social própria do legado escravocrata”; “um hábito adquirido da conciliação, dos acertos ‘pelo alto’, a fim de não despertar o vulcão adormecido da desigualdade”; “uma anemia da sociedade civil que deixaria as forças políticas quase sempre à mercê do bloco que controla a hipertrofia do poder central” ou a “porosidade à ascensão individual, que impediria a pressão coletiva para atingir um ponto crítico”.

A essa escassa expressão política, poderíamos acrescentar a falta de profundidade da compreensão popular a respeito da causa de seus problemas. As manifestações de junho tiveram como estética e espírito queixas de consumidores. A reclamação principal era pelo *recall* político e contra os meios de comunicação tradicionais, de quem os queixosos esperam adesão às suas causas particulares ou a quem veem como os principais vilões da trama em que vive a sociedade brasileira.

Os protestos não visaram como alvo, pelo menos não com abrangência, contundência ou consistência explícitas, ao questionamento do modelo econômico, a proeminência do capital financeiro, os preços de imóveis e aluguéis ou a relação capital trabalho. Na pauta de reivindicações constavam itens como a saúde, mas pouco ou quase nada se disse sobre os planos de saúde e a inoperância das agências reguladoras que atuam ou deveriam atuar na área.

Houve menções à educação, mas quase ninguém reclamou a ampliação de vagas no ensino público universitário, entregue à iniciativa privada e cada vez mais assemelhado a empresas que precisam lucrar e distribuir dividendos aos seus acionistas. Quanto à eficiência das mesmas e à qualidade de ensino oferecido por elas, também não foram registrados protestos. A propósito, vale citar a análise de Sibília (2012, p.94) sobre a crise por que passa a escola ao tentar incorporar as possibilidades trazidas pelas novas tecnologias. A autora observa que no passado a instituição que garantia o sentido de todas as demais, inclusive a escola, era o Estado. Agora que a soberania do Estado se dissolve na liquidez do capital e dos fluxos

³ FILHO, Otávio Frias. O lado escuro de Getúlio. Cesarismo camaleônico fez do líder popular um ditador. *Folha de São Paulo*. Em resenha sobre o livro “Getúlio – Do Governo Provisório à Ditadura do Estado Novo”, Caderno ilustríssima. Página 3. 18/08/2013.

informativos, a entidade que assume o poder, segundo ela “é o mercado ou uma certa ética empresarial conjugada com o espírito do consumismo”.

Assim, mesmo a mais objetivada e vitoriosa reivindicação dos manifestantes, a redução de 20 centavos no preço das passagens dos ônibus, revela uma aceitação conformada com as regras do mercado. Ainda que reclame uma relação mais respeitosa com os passageiros clientes, não cogita a possibilidade de um sistema de transporte coletivo estatizado nem questiona o domínio da indústria automobilística que aumenta sua frota e torna as ruas das cidades um caos urbano constante com o qual a nova geração convive e tenta aproveitar o tempo nos engarrafamentos e o desconforto dos ônibus, metrô, barcas e trens, para enviar desabafos via telefones móveis.

O brado entusiasmado do “Acorda Brasil” e do “Gigante acordou” não conseguiu atender para a discriminação contra os negros e a inexpressiva e desproporcional participação dos mesmos nas condições de produção do país. Curiosamente, a questão ambiental que parecia ter entrado para a agenda do século XXI também não marcou grande presença tanto nas ruas quanto na fecunda mobilização via redes sociais.

Enfim, não houve placas, gritos ou posts reclamando a absoluta necessidade de redistribuição da renda nacional.

Por que não?

Talvez tenha sido por mero desconhecimento, porque as informações a respeito de tais temas nem sempre são disponíveis ou claras o suficiente para uma compreensão ampla da população. Mas também pode ter sido porque mudanças estruturais demandariam organização, propostas mais elaboradas e dificuldade na hora de serem expressas na forma de slogans publicitários tão ao gosto da nova geração.

Nas multiplataformas das mídias sociais, nas chamadas redes, compareceram múltiplas ideologias e posicionamentos nem sempre confluentes. A rejeição à corrupção pareceu unânime, mas a aversão a um pastor evangélico eleito deputado e a aprovação da liberdade sexual não eram consensuais, uma vez que na grande rede também estão os eleitores do deputado que aprovam sua conduta e os simpatizantes de suas ideias e religião.

No calor da hora, compareceram partidos antecipando a campanha eleitoral, igrejas atribuindo a seu deus o aparente êxito dos protestos, músicos compondo canções às pressas para pegar carona no momento, facções reacionárias de linha dura clamando pela ordem na marra, mesmo que fardada. Grupos anônimos ou alternativos. Enquanto alguns posts censuravam o voto “burro” dos eleitores, outros ensaiavam uma pregação anarquista propondo que não se votasse em ninguém nas próximas eleições. O cenário ficou propício inclusive para a pregação do liberalismo de mercado. Chegou a circular uma espécie de manifesto ou abaixo-assinado contra os impostos, mostrando o tamanho absurdo da carga tributária do país.

INESPERADO

No Rio de Janeiro tudo aconteceu num momento em que as Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs, pareciam ter resgatado a imagem da polícia militar que dava mostras de decadência irreversível, conforme denunciado pelo filme Tropa de Elite 2. Os governantes dos três níveis, federal, estadual e municipal, pareciam surfar em ondas tranquilas de aprovação segundo as pesquisas de opinião. O Brasil e

especialmente o Rio de Janeiro eram o centro das atenções mundiais por causa de eventos como a Jornada Mundial da Juventude e a visita do Papa ou a Copa das Confederações. No ano véspera da Copa do Mundo, tudo caminhava bem em direção à revitalização do Porto Maravilha e à preparação para os Jogos Olímpicos de 2016. Exatamente neste momento irrompem os protestos e manifestações que mobilizam e alcançam a casa do milhão de pessoas.

O inesperado e a surpresa nos convidam a indagar sobre os motivos que afinal teriam levado tanta gente à aprovação e à adesão às convocações feitas principalmente por meio da internet. Ao analisar os movimentos ocorridos recentemente em centenas de cidades, em mais de 90 países, Zygmunt Bauman (2013) observa que nenhum desses movimentos tem um líder e o que une os manifestantes é a recusa de permitir que as coisas prossigam do jeito que estão. Segundo o sociólogo, cada qual tem em mente uma só barreira ou muralha a ser abalada e destruída:

Essas barreiras podem variar de um país para outro, mas cada uma delas bloquearia o caminho que leva a um tipo melhor de sociedade. Assim, cada barreira escolhida é vista como aquela cuja demolição tenderá a botar fim a todo e qualquer exemplo de sofrimento que uniu os manifestantes, como o elo que se precisa deslocar para pôr toda a cadeia em movimento. A pergunta sobre como serão as coisas só deve surgir depois que isso for feito e que a área de construção da nova e aperfeiçoada sociedade estiver esvaziada. Nesse arranjo de concentração numa única tarefa de demolição, enquanto se deixa vaga a imagem do mundo no dia seguinte, é que reside a força das pessoas nas ruas – assim como sua fraqueza. Já temos muitas provas de que os movimentos dos indignados são de fato todo-poderosos quando agem como brigada de demolição; mas a prova de sua capacidade de planejar e de construir equipes ainda está pendente. (BAUMAN, 2013, p. 54.)

É justamente desta pendência, do vácuo político pós-indignação eufórica e desorientada, que brota esta proposta de reflexão. A proposta aqui embutida nada tem que ver com saudosismo ou recusa às inovações tecnológicas que o saber humano tornou possíveis. Antes o que se sugere é a adoção de uma postura mais cética, mais cautelosa e menos ingênua quanto aos benefícios trazidos pelas novas tecnologias. Uma atitude que atente para o fato de que o sistema capitalista, a fim de revigorar e prolongar sua própria existência, tem aumentado o fosso entre aqueles que têm acesso aos benefícios dos novos recursos e os que não conseguem alcançá-los.

Conforme adverte Cazaloto (2008, p. 197), o acesso às máquinas informáticas tem sido visto como sinônimo de participação sociopolítica, em vez de mera submissão às exigências do próprio capitalismo, em vias de expansão promovida por setores internacionais dominantes, incluídas em tais setores a “elite mundial da megainfoburocracia” e as elites locais, afinadas com as “formas de produção da cibercultura”.

O supostamente fabuloso mundo digital tem muito mais quantidade do que qualidade para oferecer. Assim como o capital cuja finalidade maior é expandir-se, a tônica da era dos computadores é a da acumulação, desvinculada de qualquer compromisso com a inclusão ou com avanços sociais que signifiquem emancipação. Se e quando estes se verificam ocorrem mais como resíduo e consequência do que como finalidade. Há motivos de sobra para desconfiar do fundamentalismo entusiástico e acrítico com que tem sido tratada a expansão desenfreada do mundo

digital. É urgente chamar atenção para a necessidade evidente de se repensar as prioridades, os objetivos e os efeitos constatáveis em termos de melhoramento e avanço da humanidade trazidos por tal aparato.

Como adverte Moraes (2009), muitas pessoas alardeiam que a humanidade nunca dispôs de tanta informação e tanto entretenimento. Mas se ampliarmos o campo de análise, verificamos que existe um processo perverso de centralização das fontes emissoras que visam alimentar os padrões de acumulação e de rentabilidade das grandes empresas:

Os usufrutos de dados, sonhos e imagens dependem de acessos e capacidades cognitivas frequentemente desiguais, como também de escalas de valores, de princípios e de visões de mundo quase sempre disseminadas em sintonia com conveniências estratégicas dos grupos controladores das fontes de emissão midiáticas. A alegação da multiplicação de materiais simbólicos se inscreve mais na órbita das exigências mercadológicas do que propriamente na variedade qualitativa dos conteúdos. (MORAES, 2009, p. 87).

MEDO E INSEGURANÇA

Castells (2013, p. 18-19) observa que segundo a teoria da inteligência afetiva, as emoções mais relevantes para a mobilização social e o comportamento político são o medo e o entusiasmo e este estaria ligado diretamente à esperança. Contudo, para que surja o entusiasmo, diz ele, é preciso que as pessoas superem a ansiedade que leva ao medo e tem sobre a ação um efeito paralisante. Em suma, para que haja um movimento social, é preciso que a ativação emocional dos indivíduos esteja conectada a outros indivíduos, o que se dá pela comunicação.

Mas se o medo pode ser sustentando institucionalmente, a insegurança também pode surgir a partir dos desatinos dos próprios manifestantes que se uniram. Aqui cabe um registro pessoal. No dia 20 de junho, dia que ficou marcado pelo maior número de pessoas nas manifestações, o autor considerou oportuno levar a filha adolescente para conhecer aquele movimento mais de perto e, quem sabe, incutir nela algum fervor político. Os dois caminharam no meio de milhares de jovens pacíficos, aparentemente bem orientados sobre o que fazer em caso de tentativas de violência. Diziam: senta todo mundo, encosta na parede, e outros comandos apaziguadores.

Seguiram até perto da prefeitura do Rio de Janeiro onde o aglomerado de pessoas formava um adensamento que não permitia mais avançar. Permaneceram ali por alguns minutos e retornaram junto com uma torrente de manifestantes que também já regressavam. Pararam em frente ao Campo de Santana a fim de examinar os cartazes individuais daqueles que pretendiam deixar marcada sua participação no grande ato.

Dali rumaram para a Avenida Rio Branco mas, quando passavam perto de um grupo de policiais que estavam parados na calçada do lado esquerdo da Avenida Presidente Vargas, um grupo do outro lado da via começou a gritar e a jogar garrafas e pedras portuguesas nos policiais. Estes, amedrontados e acuados, correram para a Avenida Marechal Floriano. Assustados, pai e filha recuaram. Minutos depois, um policial disparou uma bomba de gás que os deixou com os olhos ardendo. Com alguma dificuldade e medo, eles voltaram para casa. Quando puderam falar a respeito do que tinha ocorrido, a menina comentou: “Não era isso o que eu esperava.” Ele pediu que

ela explicasse melhor. Ela acrescentou: “Assim como não esperava que a polícia atacasse as pessoas, também não esperava ver pessoas atacando policiais.”

NOVAS NARRATIVAS

Uma das explicações dadas por representantes dos manifestantes é que eles estariam em busca de uma nova narrativa, uma história contada por eles mesmos e não pela mídia tradicional. Esta narrativa estaria nas transmissões alternativas, feitas diretamente das ruas e, é claro, nas mensagens dos cartazes e posts. Analisando um apanhado¹ que circulou na internet com 50 frases com mais likes, comentários e compartilhamentos, pode-se afirmar o seguinte: os temas centrais transitam por questões de preconceito, opção sexual – menos sobre negro e raça do que seria de esperar. Há frases em inglês que sugerem a origem dos manifestantes que provavelmente se sentem mais conectados com o mundo e manifestam-se para serem entendidos por quem vive fora do país. Os textos não respeitam vírgulas ou pontos. Mas incorporam símbolos próprios do mundo digital, como: # @ + e assemelhados.

Outro elemento frequente são as referências ao futebol, dado conjuntural já que a Copa das Confederações era o assunto principal dos meios de comunicação. De qualquer modo, as faixas se apropriaram de um evento midiático, como fizeram com o próprio *jingle* da Copa, quando dizia: “vem pra rua vem”. As frases estão impregnadas de certo ufanismo, como se aqueles que foram para a passeata se considerassem merecedores de reconhecimento por estarem promovendo uma grande mudança heroica na história do país.

É possível agrupar os dizeres em 4 categorias. No primeiro grupo estão o humor e a poesia. Entre eles constavam:

“Odeio bala de borracha, joga halls!”

“Pelo fim do funk alto no busão”

“Abaixa o preço do açá!!”

“IPI zero para o laquê!”

“Imagina o Renato Russo vivo, vendo o que ele sonhou se realizando.”

“Afasta de mim esse cale-se”

“A consciência do povo daqui é o medo dos homens de lá”

“Dizem violentas as águas de um rio que tudo arrasta mas não dizem violentas as margens que o oprimem”

No segundo grupo aparecem demandas mais ou menos específicas:

“Diga não à lei PEC 37”

“Stop corruption we want security, health and education”

“O preço da luz é um roubo” (campanha contra os altos preços da energia elétrica)

“Queremos cura para a fome”

“Tomate mais caro que dólar! Isso é uma vergonha!” (\$\$\$\$ espalhados pelo cartaz)

No terceiro, os manifestantes se vangloriam, num autoelogio, de seus próprios feitos:

“Desculpe o transtorno, estamos mudando o Brasil”

“Nós somos o futuro do Brasil”

“Meu Brasil está nas ruas #o gigante acordou”

“Ou para a roubalheira ou paramos o Brasil”

No quarto e último, o futebol e a Copa das Confederações são aproveitados para menções à saúde e a educação. Merecem destaque as seguintes:

“Fome, Miséria e Opressão O Brasil é pentacampeão”.

“O Brasil está preparado para a copa, só falta ordem e progresso! Fora Dilma!!!”

A menção ao nome da presidente da República pode ser vista como um brado infantil de uma sociedade – marcada por séculos de escravidão – que precisa de alguém que a guie, que resolva seus problemas e contra quem possam ser dirigidas suas insatisfações. Uma sociedade intimidada pelo medo e a insegurança que aceita com passividade que o Estado cuide de seus problemas e amplie seu campo de ação e de repressão. Trata-se de um Estado cada vez mais autoritário, onde se pratica o pré-crime, ao jeito do filme *Minority Report*. De tal modo que, diante da possibilidade de assaltos a quem sai do banco, a solução é proibir o uso de telefones celulares nas agências. Com o consentimento geral, do mesmo modo, proíbe-se que motoristas dirijam após consumirem bebidas alcoólicas, para evitar que eles provoquem acidentes e, mais recentemente, o poder público, convencido de que é impossível dar aos cidadãos a consciência de que a cidade é deles e que, portanto, deveriam mantê-la limpa, decide multar com ajuda da força policial os incautos que insistem em sujar a cidade, jogando lixo ou bitucas de cigarro no chão.

EXPECTATIVAS

No balanço de perdas e danos, comemoraram-se duas singelas vitórias. A anulação do aumento de 20 centavos e a derrubada da PEC 37, sigla enigmática que tanto foi repetida mas que rigorosamente nem chegou a vigorar, o que deixa dúvidas sobre o possível fortalecimento do Ministério Público, já que não há como garantir que a população estivesse ciente das implicações da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional.

Como reação às ruas, a Presidente Dilma Rousseff reuniu governantes e parlamentares em Brasília e propôs cinco pactos. Foram eles: 1) Plebiscito para convocação de constituinte para fazer a reforma política (Não cumprido); 2) Classificação da corrupção como crime hediondo (aprovado pelo Congresso Nacional); 3) Contratação de médicos estrangeiros, especialmente cubanos, no Pacto da Saúde (cumprido); 4) Investimento em transportes urbanos (vago) e 5) Educação – 100 % dos royalties do petróleo para educação (a conferir).

Pesquisa divulgada pela Confederação Nacional do Transporte⁴ em outubro de 2013 embasava a seguinte manchete dos jornais: “Maioria dos brasileiros não vê melhora após protestos, diz pesquisa”. De acordo com o levantamento, 54 % dos entrevistados achavam que não houve avanços no país após as manifestações. Um terço deles acreditava que o governo não atendeu às reivindicações das ruas.

⁴ Revista Exame. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/maioria-nao-ve-melhora-apos-manifestacoes-diz-pesquisa> Acesso em 11.03.2014.

CONCLUSÃO

Em resumo, o que houve foi uma ampla manifestação por direitos de consumidor, muito longe de uma aspiração plena por direitos de cidadania. Enquanto a chamada nova classe média é inchada com 40 ou 50 milhões de novos compradores, ainda engatinha-se em termos de organização, discussão, debate e amadurecimento de propostas, atitudes, ou mesmo de especificação objetiva das reivindicações. É possível afirmar que houve avanços, mas não necessariamente em direção à conquista da cidadania; em vez disso, o que aconteceu foi um brado de consumidores. O recall do eleitor-cliente contra deputados e senadores. E do telespectador-cliente contra o jornalismo midiático.

O direito de consumidor preenche o *gap* entre gerações, substituindo a militância política interrompida, que teve momentos promissores no período pós ditadura, mas que nos últimos 20 anos esteve hibernando. A juventude que cresce nesse vácuo tem uma série de demandas represadas associadas a uma imaturidade individual e civil. Demonstra indignação vigorosa, mas carece de repertório, experiência, instrumental e vivência política.

Em vez do fortalecimento democrático, há o risco de que a autoridade ou o autoritarismo do Estado sejam reforçados, junto com o controle e a vigilância que o mundo digital viabiliza. A marcha triunfal, alegre, entusiasmada e acrítica em direção ao maravilhoso mundo da internet ameaça tornar-nos cada vez mais uma sociedade de consumidores e menos de cidadãos. Aptos e ávidos por comprar, atualizar e sempre que possível fazer queixas às variadas versões de Procon, mas cada vez menos dispostos a e capazes de enxergar ou vislumbrar caminhos e possibilidades de transformar a sociedade fazendo valer a vontade coletiva em lugar das necessidades de consumo individuais.

A esperança ou talvez o sonho poderia ser resumido numa única frase: Que o estado democrático de direito que estabelece que todos sejam iguais perante a lei vigore também na esfera da produção, ou seja, que todos sejam iguais no acesso às oportunidades, especialmente na oportunidade de esclarecimento e compreensão da realidade, de suas causas e dos caminhos que podem ser construídos para a superação da desigualdade.

Artigo recebido em 06/05/2014 e aprovado em 12/05/2014

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância líquida. Diálogos com David Lyon.** Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013. p. 54.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CAZELOTO, Edilson. **Inclusão digital, uma visão crítica.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

HOBBSAWN, Eric. Entrevista à New Left Review. Tradução de Clara Allain. **Folha de São Paulo. Caderno Mais**, São Paulo, abr. 2010. Segundo a revista Mais (que deixou de circular em 2010) a íntegra da entrevista de Eric Hobsbawn pode ser lida em: www.folha.com.br/101031.

MORAES, Dênis. A batalha da mídia. Governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes. A escola em tempos de dispersão.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 94.